

1.

Introdução

O presente estudo procura trazer à discussão teológica o tema da mobilidade religiosa, suas conseqüências – como a evasão de crentes católicos – e a contribuição do carisma palotino com uma proposta de modificação de tal realidade.

Para falar sobre a mobilidade religiosa, é necessário, inicialmente, apresentar os dados do Centro de Estatística Religiosa e Investigações Sociais (CERIS), atendendo aos anseios da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), que encomendou à CERIS uma pesquisa sobre o “trânsito religioso” no Brasil em 2003, de cujo resultado foi apresentado em 2004. Estimulados por outra pesquisa, do CENSO 2000 do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), que revelou uma grande mudança no mapa religioso do Brasil com o declínio do número de católicos, os senhores bispos encomendaram a pesquisa à CERIS para apurar as motivações e a lógica subjacente ao fenômeno da migração dos seus fiéis. Com isso, a pesquisa do CERIS/2004, coletou dados de 23 capitais brasileiras e de 27 municípios de diferentes dimensões.

A pesquisa do CENSO 2000 revelou uma grande mudança no mapa religioso brasileiro: muitos brasileiros haviam mudado de religião e as comunidades neopentecostais, sobretudo, mostravam um forte crescimento. Ademais, o número dos que se declararam sem religião teve um substancial crescimento (comparando com a pesquisa do CENSO/1991).

Constatou-se, assim, que a Igreja Católica, em 10 anos, havia perdido quase 10% de seus fiéis, sendo certo que o catolicismo não só perdeu adeptos: em proporção menor, também os recebeu.

Mas, o que leva as pessoas a mudarem de religião? Quais são as motivações mais freqüentes?

A mobilidade religiosa é um fato concreto que a pesquisa CERIS/2004 comprovou, o qual merece uma profunda análise teológica e pastoral. Dentre os dados apresentados, é possível verificar que o Brasil vive um pluralismo religioso e

um processo acelerado de desfiliação católica. A referida pesquisa aponta para o fato de aproximadamente 23,5% da população brasileira ter migrado para outra religião pelo menos alguma vez na sua vida. Isso significa que cerca de um entre cada quatro brasileiros declaram já ter mudado de religião ao menos uma vez, quando não mais de uma vez. Com a observação desses dados, compreende-se um processo crescente de desinstitucionalização religiosa.

A iniciativa da CNBB, em realizar esta pesquisa por meio do CERIS, permitiu a produção de dados inéditos sobre o fenômeno da mobilidade, que recorrentemente tem inspirado estudos, estimulando o desenvolvimento e aprofundamento da presente pesquisa. Com o fito de apresentar as motivações, objetiva ainda oferecer, para a Igreja Católica, uma contribuição do carisma palotino para esta realidade.

Aprofundando o tema sobre a mobilidade religiosa no Brasil, emerge, da pesquisa, um outro dado: a fluidez da adesão ou de uma menor radicalização no momento da vinculação institucional. Há uma certa tendência ao desaparecimento do fenômeno de conversão com destaque para a subjetividade como o principal elemento motivador da atitude de trânsito dos fiéis. As conversões são, hoje, um fenômeno de massa. Milhões de pessoas em todo o mundo “mudam de religião” sem maiores rupturas aparentes em sua identidade biográfica. O pluralismo e o relativismo reinantes favorecem estas migrações, sendo certo que existem conversões que nascem de um longo e complexo trabalho de câmbio e reconstrução no nível das atitudes, afetando toda a personalidade, reorientando os valores e sentidos de vida da pessoa e alterando sua inserção na sociedade.

A circulação de pessoas não apenas entre os pentecostalismos ou diferentes Igrejas pentecostais, mas entre Igrejas históricas e minoritárias, é confirmada nessa pesquisa e promove não necessariamente um desaparecimento da noção de conversão, mas um remodelamento desta.

Juan Martin Velasco, afirma: “Um fato social incontestável proveniente de tudo que foi afirmado acima é a metamorfose do sagrado”. E argumenta: “a tradição cristã ocidental está fadada a esta metamorfose onde se constata: a queda da prática regular das religiões tradicionais, a adoção de práticas oriundas de outras tradições

espirituais, o surgimento e o avanço de novos movimentos religiosos e, ao mesmo tempo, da indiferença religiosa.”¹

Nessa fluidez de adesão, o fator religioso passa ao segundo plano, deixando o antropocentrismo em primeiro. A religião deixa de ser normativa, reduzindo-a a um fato privado ou mesmo meramente íntimo e subjetivo.

A grande mudança observada nas duas últimas décadas é fruto da conquista da “autonomia do indivíduo”, na qual este, modernamente, considera a sua identidade como questão ímpar de construção do próprio sentido.

É esse individualismo uma chave importante para entender o comportamento religioso de hoje. O que parece acontecer é que, de um lado, as instituições religiosas perdem força como instituições, e, de outro, elas são mais ou menos aceitas conforme elas respondam e satisfaçam as necessidades e desejos imediatos das pessoas. Isso tem transformado muitas formas religiosas em “mercado da fé”, adotando os recursos da propaganda e do “marketing”. Desta maneira, a religião desempenha outro papel social, já não mais de referência do absoluto, mas de satisfação de expectativas dos indivíduos. E aqui, novamente destaca-se o antropocentrismo no campo religioso, sobre as perspectivas comunitárias e sociais.

Devido à variedade de dados que a pesquisa sobre a mobilidade religiosa apresenta, em um primeiro capítulo, serão contemplados os dados que ela expõe: o crescimento da desinstitucionalização e do pentecostalização no Brasil. Com isto, será possível verificar o trânsito religioso sem nenhum drama de consciência, pois a autonomia do indivíduo neste século XXI favorece a sua circularidade, em busca de algo que não “encontrou” na sua religião anterior. Para tanto, serão apresentadas a pesquisa, propriamente dita, com as suas implicações, passando-se à análise das motivações dos classificados sem religião.

Nesse contexto, a Igreja, como instituição, passa por um processo de esvaziamento, e muitos de seus ex-fiéis adotam a opção “crer sem pertencer à instituição religiosa”. Poderíamos pensar que os sem religião seriam pessoas arreligiosas, mas não é bem assim, como será abordado. Ademais, será possível

¹ Cf. VELASCO, Juan Martín, “Metamorfosis de lo sagrado e futuro do cristianismo”. Cuadernos aquí y ahora 37. Santander: Sal Terrae, 1999, p. 10.

constatar que observa-se no processo no Brasil um fenômeno de desinstitucionalização nos indivíduos, que não é necessariamente contínuo ou progressivo, tampouco definitivo.

Tendo estudado as motivações dos sem religião, será focalizado um outro dado da pesquisa: o crescimento dos evangélicos pentecostais. Eles representam uma massa populacional de 17% no Brasil, sendo certo que um dos grandes fatores desse crescimento está no fato da massificação dos meios de comunicação, amplamente utilizados por este modelo religioso.

A proposta pentecostal está em consonância com os ideais do homem do século XXI, em especial com a sua autonomia. Para o indivíduo desse século, o pentecostalismo possui maior poder de atração em função da simplicidade de suas propostas religiosas. Não há elaborações teológicas e não há rituais metódicos. Eles são relativamente novos na sociedade brasileira (chegam ao Brasil na primeira década do último século recém findado) e produziram uma religião mais leve ou minimalista, conjugando de forma orquestral fé, emoção, acolhimento e espaço coletivo atraente. Além disso, adaptam-se rapidamente às demandas dos fiéis.

Posteriormente, ainda no primeiro capítulo, vamos nos deparar com a realidade da complexidade do campo religioso católico, que convive com uma grande diversidade, pois a pluralidade católica é um traço constitutivo na sua configuração brasileira. Não existe uma homogeneidade católica, havendo “malhas” no catolicismo e uma crescente pentecostalização católica.

O segundo momento do trabalho, destinar-se-á a um estudo sobre a vida e a obra de Vicente Pallotti, um sacerdote romano que, no seu tempo, conviveu com as conseqüências da Revolução Francesa, buscando responder às necessidades da Igreja de seu tempo.

O sacerdote, de forma avançada para a sua época, a União do Apostolado Católico, que buscava reunir a todos (bispos, padres, religiosos, religiosas, leigos) para o apostolado, formando uma Cultura de Cooperação. Nesta, todos operariam juntos na edificação do Reino de Deus.

O pensamento de comunhão de Pallotti não foi bem compreendido no seu tempo, destacando-se que a eclesiologia pré-conciliar não admitia a participação ativa

do laicato no apostolado, função da hierarquia. Perrone, teólogo do século XIX, confirma essa idéia: para ele a Igreja é a Mestra e os fiéis recebem dela o ensinamento no qual deve ser submetidos. Logo não há nenhuma participação ativa dos leigos nas decisões “*ad extra*” e nem “*ad intra*”.

A União do Apostolado Católico foi vista como um ato revolucionário pela autoridade eclesiástica que temia um levante dos leigos contra os clérigos. Por causa de uma visão centralizadora de Igreja e do apostolado, Vicente Pallotti e a sua fundação sofreram sanções. Mas a utopia cristã de Pallotti era de uma Igreja aberta ao Espírito e movida à cooperação dentre todos.

Pallotti foi o um grande operário na vinha do Senhor para que o apostolado fosse assumido por todos os que crêem em Cristo. Mas o seu ideal e o seu empenho em favor do apostolado de todos os cristãos somente após mais de cem anos tornou-se valor para a toda a Igreja. É verdade que, já antes do Vaticano II, os fiéis leigos foram convidados a trabalhar na Igreja e no mundo. Através da Ação Católica, as autoridades eclesiásticas lançaram e promoveram a idéia de que os fiéis leigos podem participar no apostolado da hierarquia. Mas o engajamento apostólico dos leigos foi intensificado pela falta de ministros consagrados. Os leigos foram vistos como a prolongação da mão dos sacerdotes e bispos.

Pallotti dizia que todos podem e até devem participar no ministério de Jesus Cristo. A participação apostólica dos fiéis leigos não está ligada aos presbíteros e bispos. Os fiéis leigos são chamados ao apostolado, porque são filhos de Deus e irmãos de Jesus Cristo.

Enfim, depois de conhecer a vida e obra de Vicente Pallotti e principalmente a sua Fundação, caberá finalizar com a contribuição desta fundação à Igreja nesse tempo de mobilidade religiosa, o que será feito no Capítulo 3. Pretende-se, assim, demonstrar que os leigos, em especial depois do Concílio Vaticano II, tornaram-se participantes da ação evangelizadora da Igreja. Em suma, podem realizar o apostolado em colaboração com a hierarquia. Desta feita, afirma-se que a obra de Pallotti chegou ao seu cume, pois se desenvolveu em documentos posteriores, o protagonismo do leigo.

Na Conferência do Episcopado Latino Americano e Caribenhos de Santo Domingo se repete cinco vezes que os fiéis devem ser protagonistas na nova evangelização no continente.

Esse protagonismo deverá ser exercido nos vários ministérios incentivados aos fiéis pela Igreja. No documento, encontramos uma página especial (n.101) dedicada a estes ministérios conferidos aos fiéis leigos.

Ainda no terceiro capítulo, será desenvolvida a contribuição do carisma palotino para a realidade que a pesquisa do CERIS/2004 apresentou sobre a migração dos fiéis para outras denominações religiosas ou a desinstitucionalização religiosa, os quais aconteceram pelo fato de esses fiéis não serem considerados verdadeiros protagonistas da evangelização.

Por não se sentirem sujeitos ativos no apostolado, os leigos abandonam a sua Igreja e vão à busca daquela que os reconhecem como tal, que viabilizam a eles tomarem parte nas decisões de sua Igreja.

A Cultura de Cooperação que propomos à Igreja quer eliminar qualquer dicotomia hierarquia-leigo, para que, operando juntos, o leigo deste século XXI seja considerado autônomo também dentro da Igreja e coopere na sua ação missionária.

Vemos nessa Cultura de Cooperação o reconhecimento de cada membro como sujeito e membro do mesmo povo de Deus. Como membros do povo de Deus, chamados a agir a partir de seus carismas específicos, mas com o mesmo objetivo: a instauração deste Reino que inicia no já da história e no ainda não da eternidade.

A decisão de falar sobre a mobilidade religiosa e a contribuição do carisma palotino para a Igreja está inserida no atual contexto de mudança de paradigma, de um tempo de cristandade para uma era pós-cristã, onde o atual modelo eclesiológico-ditocômico não corresponde e está destinado a extinção.

No amadurecer do Concílio Vaticano II é possível verificar o despertar em nossa Igreja de diversos carismas, não somente o palotino, que caminham nesta direção de cooperação, por uma Cultura de Cooperação e integração “*ad intra ecclesiae*” em tempo de mobilidade religiosa.